

ANAIS DO 1º SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LUTERO
Igreja sempre em Reforma – 2017: 500 anos da Reforma
“LUTERO E EDUCAÇÃO”

Faculdade Luterana de Teologia, São Bento do Sul - SC - Brasil e
 Departamento de História Eclesiástica da Faculdade Teológica da Universidade
 Friedrich Schiller – Jena - Alemanha

<div data-bbox="153 960 362 1171" data-label="Image"> </div> <p>Desde 1558</p> <p>Departamento de História Eclesiástica da Faculdade Teológica da Friedrich Schiller Universität Jena Alemanha</p>	<p align="center">04 a 06 de Setembro de 2012</p> <p align="center">Sínodo Centro-Sul Catarinense</p> <p align="center">Santa Isabel (1ª Comunidade Luterana de Santa Catarina)</p> <p>Local: Centro Paroquial Evangélico Christian Zulhan Estrada Geral de Santa Isabel, s. n. – Águas Mornas – SC – Brasil</p> <p align="center">11 a 12 de Setembro de 2012</p> <p align="center">Faculdade Luterana de Teologia – São Bento do Sul – SC</p> <p align="center">IECLB e MEUC – São Bento do Sul - SC</p> <p>Local: Missão Evangélica União Cristã Rua Fundão, s. n. – Bairro Mato Preto – São Bento do Sul – SC – Brasil</p> <p align="center">13 a 14 de Setembro de 2012</p> <p align="center">Sínodo Norte Catarinense – Joinville - SC</p> <p align="center">Missão Evangélica União Cristã – Joinville - SC</p> <p>Local: IECLB – Paróquia Martin Luther Rua Tubarão, 326 – Bairro América – Joinville – SC - Brasil</p>	<div data-bbox="1222 1066 1458 1323" data-label="Image"> </div> <p>São Bento do Sul/SC Brasil</p>
---	--	---

A LIBERDADE CRISTÃ EM UM SÉCULO DE NEGAÇÃO DO SUJEITO: POR UMA PATERNIDADE SOCIAL RESPONSÁVEL

Christian Liberty in a Century of Denial of the Subject: For Responsible Social Paternity

Gerson Joni Fischer¹

RESUMO

No pensamento do reformador do século XVI Martin Lutero, o exercício da paternidade da parte de pai e mãe, bem como das lideranças sociais de um modo geral, fundamenta-se em um fenômeno reconhecidamente universal e no evangelho da justificação e liberdade por graça e fé, reportando-se à figura de Deus como Pai. Esta ideia pode também ser encontrada em autores contemporâneos. O objetivo do presente trabalho é traçar um paralelo entre as explicações deste personagem histórico ao tema, com as do atual escritor e comunicador social Rubens Martins Amorese. O método de pesquisa contempla uma pormenorizada análise do Catecismo Maior de Lutero na parte em que detalha o sentido do mandamento de honrar pai e mãe, aliado à considerações em torno de um trabalho de Amorese na qual discorre sobre paternidade social e ira urbana no Brasil. A lógica subjacente encontrada nos escritos destes pensadores é a vocação cristã para testemunhar pela prática o amor de Deus Pai por meio da aliança da graça em Jesus Cristo. Nesta, a justiça que decorre da fé se materializa no exercício de uma paternidade responsável de todos os que desempenham funções de liderança e onde se evoca o perdão e a liberdade para servir. Os resultados dão conta que o assunto, aqui proposto reflexivamente e, uma vez contextualizado, se oferece como via para o resgate e a afirmação da personalidade cristã politicamente situada, em um tempo de negação dos ideais do Sujeito moderno.

Palavras-chave: Justificação pela fé, Liberdade cristã, Paternidade responsável.

¹ Pós-Doutorado em Berlim, Alemanha, abril a novembro de 2010. Ênfase da pesquisa: neurociências e neurofilosofia. Grande área: Ciências Humanas/ Áreas: Filosofia e Teologia. Local da Pesquisa: Humboldt University of Berlin. Orientação: Dr. José Raimundo Facion. Bolsista da: Evangelische Kirche in Deutschland. Doutor em Teologia Prática e mestre em Teologia e História pela Escola Superior de Teologia (EST), São Leopoldo/RS. Professor da Faculdade Teológica Batista do Paraná (FTBP), Curitiba, PR – Brasil, e-mail: gersonjf@hotmail.com. O presente trabalho é uma versão ampliada da palestra apresentada nos três eventos relacionados ao 1º Simpósio Internacional de Lutero - Igreja sempre em Reforma – 2017: 500 anos da Reforma. “Lutero e educação”.

ABSTRACT

According to the thoughts of the Sixteenth Century reformer Martin Luther, the exercise of paternity by father and mother, as well as social leadership as a whole, is based on a universally recognized phenomenon and in the gospel of justification and liberty by grace and Faith, referring back to the figure of God as Father. This concept can also be found in the ideas of contemporary authors. The objective of this paper is to draw a parallel between explanations of this historical character to the theme to those of current writer and social communicator Rubens Martins Amorese. The research method contemplates an elaborate analysis of Luther's Large Catechism where the commandment to honor father and mother is carefully detailed, allied to considerations regarding a work where Amorese discusses social paternity and urban rage in Brazil. The underlying logic found in the writings of these thinkers is the Christian calling to witness the love of God the Father through the alliance of grace in Jesus Christ. Therefore, justice that stems from faith is materialized in the exercise of responsible paternity of all who play leadership roles where forgiveness and the freedom to serve is evoked. The results reflect the topic which is proposed here in reflexive manner, and after being contextualized, offer a path to redemption and the affirmation of Christian personhood, that is politically situated in a time of denial of the ideals of the modern Individual.

Keywords: Justification by faith, Christian Liberty, Responsible Paternity.

I. INTRODUÇÃO

O propósito central do presente trabalho é examinar de que maneira o reformador da Igreja do século XVI, Martin Lutero, entendia ser possível extrair conclusões práticas de seus ensinamentos acerca da justificação pela fé e da liberdade cristã para a boa disposição da vida pessoal, familiar, eclesial e social. Propõe-se uma análise e discussão das explicações deste teólogo e pastor ao quarto mandamento do Decálogo em seu Catecismo Maior,² uma vez que nesta sua obra podem ser encontrados consideráveis auxílios para pautar, ainda hoje, o exercício de uma paternidade socialmente responsável.

A abordagem do tema visa tratar uma alternativa de ação local diante de um problema que é global, isto é, a negação da pessoa em um tempo que vem sendo nomeado de pós ou hipermoderno. Não se tem a intenção aqui de argumentar a favor do resgate do Sujeito moderno, com suas expectativas de progresso permanente, desejando-se, antes, discutir e afirmar a possibilidade prática da personalidade cristã, em seu talhe particular e coletivo.

² LIVRO DE CONCÓRDIA. *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*. 4. ed. São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/Concórdia, 1993, p. 385-447.

Para atingir os objetivos estabelecidos, relaciona-se o pensamento de Martim Lutero acerca da temática aventada com o de um autor contemporâneo de nome Rubem Martins Amorese, em trabalho no qual procura justificar na ausência da prática social paternalmente responsável um dos principais motivos do porque muitos “filhos da pátria brasileira” vêm se tornando pusilânimes.³ O trajeto que se percorre inicia com breves considerações acerca da negação do Sujeito no tempo presente, seguindo-se a análise e aproximação dos ideários de Amorese e Lutero, em tópicos e subtópicos nos quais se empreende esforço considerável para compreender como o reformador relacionou seu entendimento da justificação pela fé e da liberdade cristã com o tema da paternidade responsável. Ao fim do estudo, já nas considerações finais, pondera-se acerca das alternativas possíveis de ação e testemunho cristão de caráter pessoal e paternal hoje, mas que, evidentemente, demandam mais pesquisas e discussões, uma vez que ultrapassam os propósitos do presente trabalho.

II. A NEGAÇÃO DO SUJEITO NA HIPERMODERNIDADE

Em matéria intitulada “O desafio do vazio”, publicada no Jornal Zero Hora de 30 de junho de 2012, o psicanalista Abrão Slavutzky dá conta de uma percepção que se generaliza no meio social globalizante: é necessário que se busquem caminhos para se reconciliar com a fragilidade da condição humana. Eis algumas de suas afirmações:

“O século 21 pode ser definido como o século do vazio.”

“Cada um busca preencher este vazio como pode: uns criam, já outros correm atrás das drogas, dos alimentos e dos objetos que nunca satisfazem seus desejos.”

“Os tempos são de desconstrução das verdades totalizantes.”

“Há ainda um processo de luto pela perda das ilusões de um homem novo.”

“Há um desconcerto dos pensadores diante de um futuro em constante mutação.”

“Estamos globalizados e fragmentados, à procura de um norte inexistente.”

“É no meio dessa falta de rumos que as depressões crescem.”

“A juventude vive a angustiante luta de inserção na economia”.⁴

³ Rubem Martins AMORESE. **Excelentíssimos Senhores**. Viçosa: Ultimato, 1995, p. 17-30.

⁴ Abrão SLAVUTZKY. O desafio do vazio. **Zero Hora**, 30.06.2012, p. 17.

Este discernimento acerca da fragilidade da condição humana hodierna não é recente. Ele é expresso sempre de novo nos meios midiáticos, como manifestação de uma inquietante realidade social. Em uma crônica nomeada “A lógica atormentada” e divulgada na Folha de São Paulo nos idos de 1995, por exemplo, Adauto Novaes já apontava para a crise dos ideais modernos acerca do Sujeito no final do século XX. Seguem algumas de suas asseverações:

“Passados tantos anos (...) não se pode dizer que vimos o triunfo da razão: as guerras tornaram-se o lugar comum das nossas vidas”.

“Diariamente, sem nenhuma emoção, vemos nos jornais e na televisão as descrições de centenas de mortos”.

“Vivemos na cidade do temor e da tristeza, adotada como o lugar natural e necessário”.

“Os relatos de escravidão já não espantam”.

“Os excessos tornaram-se verdadeira necessidade: o corpo busca `excitantes brutais, emoções breves e grosseiras´ para sentir e agir”.

“O isolamento do indivíduo é cada vez maior, superado apenas pelo sentimento de impotência diante das flutuações políticas”.

“Resta o consolo da superstição e dos cultos, ingênuas expressões de refúgio de felicidade”.⁵

De um contexto e situação para outro pode diferir a descrição do quadro expresso acima, bem como a sua gravidade. Porém, apesar de ser multifacetário e de difícil generalização, concorda-se que o tempo presente possui peculiaridades que o distinguem de tempos passados, inclusive não tão distantes. Não fosse assim, porque tantas pessoas, de diferentes partes do mundo tanto se esforçam para descrevê-lo e atribuir-lhe sentido? Citam-se aqui, como exemplos deste empenho, o filósofo francês Gilles Lipovetsky,⁶ o sociólogo polonês Zygmunt Bauman⁷ e os teólogos Àngel Castiñeira,⁸ David Bosch⁹ e Hans Küng.¹⁰ E, em tais exposições, sempre o sujeito encontra-se implicado, com o juízo que este vem sendo negado como grandeza absoluta e não reduzível:

⁵ Adauto NOVAES. A lógica atormentada. **Folha de São Paulo**, 10.09.1995, quinto caderno: Mais!, p. 7.

⁶ Gilles LIPOVETSKY. **El crepúsculo del deber**: La ética indolora de los nuevos tiempos democráticos. 3. ed. Barcelona: Anagrama, 1996; Gilles LIPOVETSKY. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

⁷ Zygmunt BAUMAN. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

⁸ Àngel CASTIÑEIRA. **A experiência de Deus na pós-modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1997.

⁹ David J. BOSCH. **Missão transformadora**: mudanças de paradigma na teologia da missão. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2002.

¹⁰ Hans KÜNG. **Theologie im Aufbruch**: eine ökumenische Grundlegung. 2. ed., München: R. Piper, 1992.

“A pós-modernidade constata que hoje se torna impossível legitimar o progresso ou o desenvolvimento a partir da promessa de uma emancipação de toda a humanidade, porque esta promessa não se cumpriu. (.....) Uma vez *rejeitado o sujeito*, resta apenas defender um pluralismo irreduzível de jogos de linguagem e acentuar o irreduzível caráter local de todos os discursos, acordos e legitimações”.¹¹

Ainda que o foco do presente estudo não seja o de buscar definições e descrever as características do que vem sendo nominado de pós-modernidade ou hipermodernidade, usam-se aqui preferencialmente as palavras hipermodernidade e hipermoderno, com o significado de que nos dias atuais, ao acentuar-se um dos pilares da modernidade que é o indivíduo, vem-se o fazendo de modo exacerbado, o que acaba por negá-lo.¹² O excesso de um lado gera a falta de outro, tanto no que diz respeito ao encontro do tão desejado bem-estar social comum, como no que diz respeito à satisfação das mais legítimas necessidades da pessoa em particular.

O fato é que, a bem da verdade, diferem entre si os conceitos aqui tratados de sujeito e de pessoa.¹³ A ideia de sujeito encontra-se associada à compreensão moderna do indivíduo autônomo capaz de, bem aplicadas todas as suas faculdades mentais, progredir sempre. É este sujeito que no dia a dia, em uma sociedade hipermoderna, vem sendo negado. Não se vive mais com esta certeza, pois “esta promessa não se cumpriu”.¹⁴ Depara-se hoje com “um processo de luto pela perda das ilusões de um homem novo”.¹⁵ Ao passo que inúmeros bens de consumo são disponibilizados ao indivíduo, a segurança do mesmo encontra-se ameaçada, diante das oscilações políticas e econômicas e da precariedade do trabalho. Amplos setores populacionais continuam marginalizados, enquanto que outros, ativos participantes da economia de mercado, experimentam a angústia diária de manter-se nele. Vive-se, usando a linguagem do artigo mencionado de Zero Hora, “o desafio do vazio”: uma porta aberta para uma infinidade de violações dos direitos básicos da pessoa.

Diante desta realidade afirma-se a convicção de que toda e qualquer ação missionária da igreja, de que o autêntico testemunho cristão, se dá a partir do evangelho

¹¹ Àngel CASTIÑEIRA, **A experiência de Deus na pós-modernidade**, p. 139 e 141.

¹² Para uma melhor compreensão desta e das outras características da hipermodernidade em relação às da modernidade, remete-se aos autores mencionados nas notas 06 a 10, especialmente a obra de Bosch nas páginas 419 a 435.

¹³ Para um entendimento mais acurado do conceito de pessoa, indica-se o trabalho publicado na presente obra: “Pessoa: fenômeno espontâneo ou neural? Uma crítica ao dualismo cartesiano na teologia”.

¹⁴ Àngel CASTIÑEIRA, **A experiência de Deus na pós-modernidade**, p. 139.

¹⁵ Abrão SLAVUTZKY, *O desafio do vazio*, p. 17.

e movido por ele. Neste sentido e direção, não se trata tanto de promover discussões acerca de como se poderia salvar, de algum modo, o Sujeito moderno e as promessas não cumpridas a seu respeito, mas de, à luz dos fatos, repensar e propor a reposição da pessoa com base em suas mais genuínas necessidades, desde as assim chamadas espirituais, passando pelas de fundo psíquico e de promoção do bem-estar social. É a serviço da esperança de vida plena que o evangelho de Jesus Cristo se interpõe enquanto testemunho em palavra e ação; a missão acontece porque Deus continua agindo neste mundo. E, considerando-se o contexto hipermoderno, se é do entendimento que as igrejas de tradição teológica da Reforma têm uma contribuição reflexiva e prática a oferecer, uma vez que seu desejo for sujeitar-se à mensagem evangélica no tempo presente. Este aporte relaciona-se com a teologia da justificação pela fé, da liberdade cristã e da educação de Martim Lutero e insere-se na maneira como esta tradição propõe que se deveria desenvolver a vida em família e em sociedade; assunto do tópico seguinte.

III. DOIS EXEMPLOS EM UMA ÚNICA PERSPECTIVA: A PATERNIDADE RESPONSÁVEL

1. Paternidade e os motivos para a ira dos filhos no contexto familiar e social. O tema na ótica de Rubem Martins Amorese

O presbiteriano e comunicador social Rubem Martins Amorese escreveu, como já mencionado, há alguns anos, um emblemático artigo sobre paternidade e sua personificação no contexto social brasileiro, intitulado “Excelentíssimos Senhores: Paternidade e Ira Urbana”.¹⁶ O autor inspirou seus comentários em duas conhecidas palavras bíblicas:

“Pais, não irrite seus filhos; antes criem-nos segundo a instrução e o conselho do Senhor” (Ef 6.4).

¹⁶ Rubem Martins AMORESE, *Excelentíssimos Senhores*, p. 17-30.

“Pais, não irrite seus filhos, para que eles não desanimem” (Cl 3.21).¹⁷

Amorese utiliza-se de outra tradução para a passagem bíblica de Colossenses 3.21, do Padre Matos Soares: “Pais, não provoquem à indignação os vossos filhos, para que não se tornem pusilânimes”.¹⁸ O termo pusilânime, uma variável para desanimado e, central para a compreensão do argumento do autor, é aplicado a um filho ou filha que, devido a uma educação paterna e materna equivocada e ausente, se tornou de “alma pequena, acovardado, sem iniciativa, medroso, instável, triste, irresponsável, traiçoeiro”.¹⁹

As seguintes citações que podem ser encontradas no trabalho do referido autor elucidam a espécie de educação que irritam os filhos, tornando-os pusilânimes:

“Um pai provoca seu filho à ira quando exige o que ele mesmo não é e não faz; o pai provoca a ira de seu filho quando lhe dá ordens absurdas, que jamais serão cumpridas; quando força sobre o filho expectativas além de sua idade ou capacidade; quando usa ilegitimamente de pressão emocional, na forma de chantagens baratas, contra as quais o filho, pela pouca idade, não tem resistências, a não ser ao penoso preço de um dilacerante rompimento emocional; quando o decepiona em sua posição de líder e de herói; quando o deixa sem modelo de virilidade, de confiabilidade, de bondade, de honradez, de honestidade; quando, pelo seu procedimento ou omissão, leva-o a nunca confiar em ninguém, nem esperar bondade ou perdão; quando o escandaliza com torpezas; quando o abandona (seja doando-o a outra família, seja mandando-o para a rua, a mendigar, seja colocando-o numa creche tão pequeno que ele sequer pode compreender a separação, seja colocando-o num renomado colégio interno)”.²⁰

“Um pai provoca seu filho à ira quando o faz descrer no amor; quando o espanca com descontrole ou crueldade; quando o priva da infância, obrigando-o a trabalhar para ajudar no sustento da família (quando não para sustentar seus vícios); quando lhe destrói os sonhos; quando, enfim, lhe destrói na alma a tudo aquilo que se relaciona com a doçura de ser criança e a segurança de ser filho. Quando a palavra ‘pai’ e ‘filho’ já não têm significado na psique de um jovem, encontramos ali um filho irado e pusilânime. Quando a palavra ‘pai’

¹⁷ BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: nova versão internacional. Traduzido pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Vida, 2000, p. 939 e 945.

¹⁸ Rubem Martins AMORESE, **Excelentíssimos Senhores**, p. 17.

¹⁹ Rubem Martins AMORESE, **Excelentíssimos Senhores**, p. 18. O termo grego, usado pelo apóstolo Paulo em Colossenses 3.21, correspondente para as traduções “desanimem” e “pusilânimes”, é ἄθυμωσις, derivado do verbo ἄθυμω. Seu sentido é justamente este, ou seja, provocar desânimo, fazer que alguém fique de mau humor, tímido, medroso, sem ânimo, sem coragem, espantado, desesperado e resignado. Ver: Walter BAUER. **Griechisch-deutsches Wörterbuch zu den Schriften des Neuen Testaments und der frühchristlichen Literatur**. 6. ed., Berlin; New York: de Gruyter, 1988 e Fritz RIENECKER & Cleon ROGERS. **Chave linguística do Novo Testamento grego**. São Paulo: Vida Nova, 1985.

²⁰ Rubem Martins AMORESE, **Excelentíssimos Senhores**, p. 18-19.

significa ausência, privação, provação, ódio ou repulsa, temos um filho de alma pequenina, um filho destinado a reproduzir, se não tiver ajuda, esses mesmos padrões aprendidos, quando vier a ser pai”.²¹

Interessante, de modo especial, na abordagem de Amorese é o seu entendimento de que as ações, sempre educativas, de todas as pessoas revestidas de alguma autoridade também devem ser exercidas paternalmente:

“Nossa proposta é que deles se lance mão, no momento, para trazer luz sobre outro tipo de relação, que poderia, num sentido mais genérico, ser enquadrado no esquema “pai-filho”, tal como aquela existente entre governantes e governados; líderes e liderados, pastores (sintomaticamente chamados de padres, no meio católico) e ovelhas, chefes e chefiados, generais e soldados, e assim por diante”.²²

O autor argumenta que a paternidade a ser exercida por todos e todas que de algum modo exercem funções de liderança decorre da paternidade divina exercida entre suas criaturas, uma vez que aponta “claramente para o Criador e para a ordem por ele estabelecida”.²³ E, se esta não for exercida adequadamente, manifestará suas consequências nefastas nos “filhos e filhas” da pátria:

“Talvez não valha a pena nos estendermos demasiadamente na demonstração de que as relações de autoridade, submissão e pertencimento trazem, todas elas, o arquétipo da paternidade, com implicações profundas e seríssimas para a alma e a identidade do ser humano, seja individualmente, seja como grupo, ou mesmo povo”.²⁴

O argumento do autor se funda na observação de um fenômeno, ou seja, que “a paternidade humana jamais se desvencilha, antropológicamente falando, de ser um

²¹ Rubem Martins AMORESE, **Excelentíssimos Senhores**, p. 19.

²² Rubem Martins AMORESE, **Excelentíssimos Senhores**, p. 17-18.

²³ Rubem Martins AMORESE, **Excelentíssimos Senhores**, p. 20. O autor não entra nas discussões que hoje se fazem em torno de gênero. O tema da paternidade, que é exercida por pai, mãe e lideranças no contexto social, em Amorese, evoca a imagem bíblica de Deus como Pai. Evidentemente, quando aplicada à compreensão das dinâmicas familiares e sociais, necessário se faria desenvolver uma reflexão que considere a maneira como homem e mulher, com suas distintas características, vivenciam e aplicam o conceito de “paternidade”. No presente artigo não se procede a esta análise em função dos objetivos eleitos.

²⁴ Rubem Martins AMORESE, **Excelentíssimos Senhores**, p. 20.

simulacro e uma reprodução reduzida da grande paternidade celestial”.²⁵ É este também o sentido que oferece à expressão “arquétipo da paternidade”, entendendo que se trata de um padrão que de um modo ou de outro aparece nas “relações de autoridade, submissão e pertencimento”.²⁶ A percepção deste fenômeno Amorese vê inclusive na teologia do apóstolo Paulo, quando este afirma que Deus não é apenas Pai, mas também padrão de paternidade para todas as famílias;²⁷ um modelo recorrente na história, uma vez que apesar de ser “muitas vezes inconsciente no homem secular”,²⁸ “tem definições, contornos e exigências sobejamente conhecidas e universais, apesar das variações culturais”.²⁹ É por isto, conclui, que também “reverência e acato (...) distinguiram, em toda a história, a paternidade social do governador, do chefe de um clã, dum rabino, dum pároco, bispo, pastor, profeta...”.³⁰

O fundamento exposto, após um longo discurso sobre paternidade urbana e social, as dificuldades e os benefícios de sua prática, permitirá que o autor parafraseie, em conclusão, as passagens bíblicas de Colossenses e Efésios com as seguintes palavras: “Excelentíssimos Senhores, não provoqueis vossos filhos à ira urbana”, “... para que não se tornem pusilânimes”.³¹

²⁵ Rubem Martins AMORESE, **Excelentíssimos Senhores**, p. 20.

²⁶ Rubem Martins AMORESE, **Excelentíssimos Senhores**, p. 20. É de se indagar se de modo consciente ou não Amorese esteja, ao fazer uso da expressão “arquétipo da paternidade”, se referindo ao pensamento do psicólogo e psicanalista suíço Carl Gustav Jung (1875-1961), para o qual toda a humanidade reproduz imagens psíquicas padrão e que fazem parte do patrimônio comum de um inconsciente coletivo, no caso da paternidade, “uma reprodução reduzida da grande paternidade celestial” (Rubem Martins AMORESE, **Excelentíssimos Senhores**, p. 20). Ver a nota do sentido do termo arquétipo em: Aurélio Buarque de Holanda FERREIRA. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 167.

²⁷ Rubem Martins AMORESE, **Excelentíssimos Senhores**, p. 20. A passagem bíblica citada é de Efésios 3.14-15: “Por esta razão, ajoelho-me diante do Pai, do qual recebe o nome toda a família nos céus e na terra.” Em nota de rodapé a Nova Versão Internacional (NVI) da Bíblia apresenta como alternativa de tradução para a expressão “do qual recebe o nome toda a família”: “do qual se deriva toda a paternidade”. **BÍBLIA**. Português. **Bíblia Sagrada**: nova versão internacional, p. 937. O termo grego usado para “paternidade”, na passagem citada de Efésios, é *πατριά*, que pode ser também traduzido por “casa paterna”, “família”, “clã”, “estirpe” (Fritz RIENECKER. **Sprachlicher Schlüssel zum Griechischen Neuen Testament**. 16. ed., Gießen-Basel: Brunnen-Verlag, 1980, p. 449). Os gregos usavam a palavra associando-a às pequenas e grandes sociedades ou associações familiares, derivadas de um mesmo tronco paterno (Adolf SCHLATTER. **Die Briefe an die Galater, Epheser, Kolosser und Philemon. Erläuterungen zum Neuen Testament 7**. Stuttgart: Calwer Verlag, 1987, p. 196). Por isto, no entendimento do apóstolo Paulo – e na interpretação de Amorese –, toda associação comunitária ou familiar, em qualquer lugar e tempo, reflete uma vivência e um tipo de exercício paternal, ainda que grosseiro, a ser imputada, em última instância, à paternidade de Deus Pai e Criador.

²⁸ Rubem Martins AMORESE, **Excelentíssimos Senhores**, p. 20.

²⁹ Rubem Martins AMORESE, **Excelentíssimos Senhores**, p. 20.

³⁰ Rubem Martins AMORESE, **Excelentíssimos Senhores**, p. 20. O argumento que associa paternidade às lideranças sociais de um modo geral é retomado na parte em que se apresenta e discute o pensamento do reformador Martin Lutero.

³¹ Rubem Martins AMORESE, **Excelentíssimos Senhores**, p. 30.

O que é provocar à ira urbana e o que representa tornar os filhos e filhas de uma nação pusilânimes? Primeiramente cabe lembrar que no exercício desta paternidade, estendida não somente ao núcleo familiar, mas também às lideranças da sociedade como um todo, encontram-se envolvidos, para Amorese, homem e mulher.³² Outro elemento a ser considerado é que as palavras dirigidas aos pais devem ser tomadas em seu contexto, isto é, ao lado daquelas que foram dirigidas aos filhos acerca do dever de obediência, para que não se incorra no erro de atribuir aos primeiros, isoladamente, a responsabilidade por sucessos e fracassos obtidos. “Cada um de per si é responsável diante do Pai de todos”,³³ de modo que a Palavra de Deus: “Não estabelece condições nem atenuantes quando admoesta os filhos a honrarem seus pais”³⁴ e “não relativiza quando se dirige ao pais”.³⁵ Em resposta à pergunta acima e à luz da realidade brasileira, Rubem Amorese discorre:

“Você já tentou viver com um salário mínimo? E dizem que super-homens são os vencedores do decatlo! (.....) Não dá para ônibus, não dá para papel higiênico, não dá para banho quente, fogão a gás, esgoto, almoço e janta (tem que optar). (...) Então o filho pergunta ao seu pai: por que eu tenho que ganhar tão pouco? E o pai responde: porque eu não tenho dinheiro para lhe pagar mais. Se eu lhe der mais, terei que dar também aos seus irmãos (e aposentados), e eu quebro. Aí, nem o mínimo. Entendeu? E o filho que é pacífico e cordial por natureza, mas que não é, absolutamente, otário, olha para a mansão do pai, o carro do pai e de alguns irmãos especiais (.....) ... fica sabendo das toneladas de cebola, batata, feijão, arroz, milho, etc. sendo jogadas fora porque apodreceram nos depósitos do governo, e desanima. Torna-se pusilânime. Internamente, na sua alma, produz-se uma ruptura, um distanciamento desse pai, dessa família. Nada, ali, é seu; nada mais lhe diz respeito – eu quero é que se dane!”³⁶

2. Contextualização e indicações metodológicas para uma possível aproximação entre os pensamentos de Rubem Martins Amorese e Martim Lutero

Poderia se indagar, sob um ponto de vista da subjetividade das reações humanas e a título de contextualização, não ser em decorrência do escuro quadro social brasileiro

³² Rubem Martins AMORESE, *Excelentíssimos Senhores*, p. 20.

³³ Rubem Martins AMORESE, *Excelentíssimos Senhores*, p. 18.

³⁴ Rubem Martins AMORESE, *Excelentíssimos Senhores*, p. 18.

³⁵ Rubem Martins AMORESE, *Excelentíssimos Senhores*, p. 18.

³⁶ Rubem Martins AMORESE, *Excelentíssimos Senhores*, p. 23.

de impropriedade ou omissão paternal de muitas de suas lideranças que tantos jovens, inadequadamente, passaram a chamar os mais velhos, de tios e tias? “Tio, me passe a sua carteira e as chaves de seu carro”. “Tia (a saber, professora) não estou de acordo com a nota que tirei na avaliação”. Sem desmerecer as figuras de tia e tio enquanto indicadores de relação de parentesco, o uso destes nominativos da forma anunciada parece esconder a recusa de se sujeitar ao governo das pessoas que, com autoridade e amor paternal – sem autoritarismos –, desse modo deveriam exercer as suas funções. Neste caso, reação, autodefesa e rejeição se confundem. Deseja-se o afeto passivo da “tia” e do “tio”, porém não a exigência do pai, da mãe, da autoridade legitimamente constituída. Rejeita-se a violência e ausência do pai, da mãe ou de seus consortes, mas se mantêm na memória a saudade de uma relação parental afetiva. O elo que unia virilidade – vigor e energia - e amor foi rompido.

O enunciado acima necessita de alguns desdobramentos maiores, uma vez que se oferece também como ponte entre o pensamento contemporâneo de Rubem Amorese, até aqui analisado, e o entendimento de Martim Lutero acerca do significado do quarto mandamento do decálogo, de sua compreensão da justiça que emana da fé e da liberdade cristã. Aqueles que foram tornados pusilânimes pela ausência de bons padrões acabam por rejeitar o figurino paternal que deveria modelar o exercício de todas as atividades humanas. Resulta que passam a se nominar as lideranças de tios, tias ou qualquer outro título semelhante, a exemplo de irmão e irmã (“mano”, “mana”). Em tais relações de parentesco assume-se certa distância: tios e tias, irmãos e irmãs arcam com menos compromissos, mas em compensação também não interferem com exigências. O mesmo não ocorre com o imaginário que povoa a figuras de pai e mãe. Estes são odiados quando abusam do poder e cobrados quando ausentes, perdendo-se, neste vai e vem de violência, ausência e rejeição o valor único e insubstituível da austeridade paternal amorosa, a saber, da paternidade responsável.

Está em pauta a discussão sobre o exercício da paternidade por pessoas que cumprem os papéis sociais que lhes foram confiados. Não se trata aqui da eventual adequação de nominar alguém de pai ou mãe. Tal se restringe ao núcleo das relações familiares. Em outras palavras, o(a) professor(a) é professor(a), por exemplo, não é tio(a), irmão ou irmã, pai ou mãe. Diz-se, antes, que toda e qualquer prática responsável, feita à luz dos direitos e deveres inerentes a cada uma das tarefas socialmente assumidas, evoca a figura do pai que, com amor viril atua de modo paternal, ao custo de, uma vez negada a vocação, contribuir para que se formem “filhos e filhas”

pusilânimes. O educador brasileiro Paulo Freire, que lutou decididamente durante a sua trajetória de vida para que as lideranças brasileiras assumissem seu papel social de modo engajado e responsável, acentuando o caráter político que situa as profissões na “polis”, intitulou sintomaticamente da seguinte maneira um de seus livros voltados à educação: “Professora sim, tia não”.³⁷

Para Paulo Freire o essencial de ser professor(a), por extensão do argumento, das profissões por meio das quais se exerce liderança, é amar: amar a si mesmo e os educandos e amar e defender a dignidade do que se faz: “*Professora, porém, é professora. Tia é tia. É possível ser tia sem amar os sobrinhos, sem gostar sequer de ser tia, mas não é possível ser professora sem amar os alunos – mesmo que amar, só, não baste – e sem gostar do que se faz*”.³⁸ Está em jogo, ao se chamar um(a) professor(a), ou outro profissional qualquer, de tio ou tia, o temor dos “filhos” e “filhas” de que estes se recusem a amar:

“É mais fácil, porém, sendo professora, dizer que não gosta de ensinar, do que sendo tia, dizer que não gosta de ser tia. Reduzir a professora a tia joga um pouco com esse temor embutido – o de tia recusar ser tia”.³⁹

Encontra-se, ao fim de todas as explicações acerca dos motivos que conduzem ao estado beligerante da sociedade brasileira, de ira e violência urbana, de negação dos ideais modernos do Sujeito, a carência que se tem da ação de lideranças que exerçam sua função social paternalmente, isto é, a serviço do bem comum.⁴⁰ Rubem Amorese bem o destaca:

“Muitos dos assaltos, assassinatos, sequestros, delinquências etc. têm a ver com pusilanimidade. A falta de solidariedade, de paternidade segura e correta produz um exército de filhos desorientados”.⁴¹

³⁷ Paulo FREIRE, **Professora sim, tia não**. 2 ed., São Paulo: Olho d'Água, s. d.

³⁸ Paulo FREIRE, **Professora sim, tia não**, p. 26.

³⁹ Paulo FREIRE, **Professora sim, tia não**, p. 26.

⁴⁰ Há um uso pejorativo da ideia de paternidade denotada nas palavras paternalista ou paternalismo. Estas envolvem o juízo de que os “filhos” e “filhas” não possam tornar-se cidadãos(ãs) em sua plenitude e tenham que ser conduzidos permanentemente como menores. Neste caso tomam-se sempre decisões “em lugar de”, sem admitir que estes exerçam socialmente a sua maioria. Esta perspectiva, que sempre de novo faz história, porém, não é a mesma que aqui se deseja significar por meio da expressão “paternidade responsável”. A autonomia e a interdependência não se excluem.

⁴¹ Rubem Martins AMORESE, **Excelentíssimos Senhores**, p. 27.

Paulo Freire, enquanto teórico do diálogo, apela para o elo que deveria integrar todas as ações e relações na sociedade, a saber, o amor, politicamente situado. Rubem Martins Amorese afirma de modo semelhante a paternidade, segura e correta, à luz da perspectiva de que esta é possível porque Deus é Pai de suas criaturas. O que se destaca na perspectiva deste autor é que, apesar de a paternidade de Deus ser padrão para o exercício da paternidade humana, “não é assim que a paternidade divina se manifesta e se propõe como modelo para a nossa”.⁴² Ela não pode ser produzida pela ética da legalidade, por força de lei, pois pressupõe atos de amor solidário. Ela se apresenta antes como proposta cristã, na perspectiva da aliança da graça de Deus com os seres humanos em Jesus Cristo, destinando-se a pessoas de boa vontade.⁴³ Em outras palavras: é o amor de Deus o Pai, manifesto em Cristo, que possibilita que a paternidade humana seja iniciada e exercida; isto com base neste mesmo amor, como ato de uma obediência que decorre da fé:

“...essa paternidade se apresenta através de uma aliança voluntária e incondicional estabelecida entre Deus e os homens. Uma aliança que não tem sua origem em exigências, nem se estabelece a partir do cumprimento de condições, mas alicerça-se, simplesmente, em amor. Solidariedade, se preferirem um termo mais sociológico. (.....) Nas relações do grande Pai com seus filhos, as obrigações existem. Mas essas obrigações da graça não são condições para a própria graça”.⁴⁴

“O retorno à lei da graça é capaz de nos devolver a humanidade nas relações filiais e fraternais. (.....) Evangelizar uma sociedade urbana violenta como a das grandes metrópoles brasileiras, entre outras coisas, é provar-lhe, através do ‘testemunho do Cordeiro’, através da vida cotidiana da igreja, que ainda é possível viver uma boa relação entre pai e filho; uma relação saudável e graciosa”.⁴⁵

A menção a uma paternidade decorrente da obediência da fé, a saber, no amor de Deus Pai que se manifesta às pessoas por intermédio de Cristo, pode ser encontrado em Amorese⁴⁶ e aqui se oferece como porta de acesso ao pensamento do reformador do século XVI Martim Lutero, uma vez que se vincula com a compreensão deste da

⁴² Rubem Martins AMORESE, *Excelentíssimos Senhores*, p. 29.

⁴³ Rubem Martins AMORESE, *Excelentíssimos Senhores*, p. 27-29.

⁴⁴ Rubem Martins AMORESE, *Excelentíssimos Senhores*, p. 29.

⁴⁵ Rubem Martins AMORESE, *Excelentíssimos Senhores*, p. 29.

⁴⁶ Rubem Martins AMORESE, *Excelentíssimos Senhores*, p. 28.

justificação pela fé e da liberdade cristã. O dever de se exercer as funções familiares e sociais de modo paternal, Lutero deduz de sua interpretação ao quarto mandamento acerca da honra devida aos pais, sendo por esta via que se busca a seguir o entendimento da vinculação referida.⁴⁷

3. Paternidade, justificação pela fé, liberdade cristã segundo o pensamento do reformador Martim Lutero

Para o reformador, o elo integrador que une todos os deveres relacionados com o convívio entre os seres humanos, a saber, do quarto ao décimo mandamento, e os três primeiros mandamentos do decálogo, que apontam para os direitos e deveres que se tem para com Deus, é justamente o quarto mandamento.⁴⁸ A intenção manifesta é, portanto, reitera-se, encontrar e estabelecer a vinculação, aliás, necessária, de todo este argumento com o pensamento de Lutero acerca da justificação pela fé e da liberdade cristã, ao custo de, não compreendido isto, manter restrito seu ideário sobre o tema da paternidade responsável ao marco patriarcal dentro do qual circulava como homem de seu tempo, sem a possibilidade de se fazer a devida crítica e contextualização.

As apreciações que implicam no exercício desta paternidade da parte de pai, mãe e lideranças foram amplamente explanadas pelo reformador Martim Lutero em seu Catecismo Maior, na parte em que tece considerações sobre o significado, para o seu tempo, da passagem bíblica de Êxodo 20.12: “Honra teu pai e tua mãe, a fim de que tenhas vida longa na terra que o Senhor, o teu Deus te dá”.⁴⁹ Vários itens merecem destaque em sua abordagem, conforme se discorre a seguir.

⁴⁷ LIVRO DE CONCÓRDIA, **As Confissões da Igreja Evangélica Luterana**, p. 411-421.

⁴⁸ LIVRO DE CONCÓRDIA, **As Confissões da Igreja Evangélica Luterana**, p. 411. Esta afirmação se baseia na seguinte afirmação do reformador: “Até aqui aprendemos os três primeiros mandamentos, que se dirigem para Deus. (.....) Agora vêm os outros sete, que se referem ao nosso próximo. O primeiro e maior desses é: *Honrarás a teu pai e a tua mãe*” (LIVRO DE CONCÓRDIA, **As Confissões da Igreja Evangélica Luterana**, p. 411). Para uma compreensão adequada, porém, de como este elo se estabelece é necessário que se preste atenção à interpretação de Lutero de todos os mandamentos do decálogo, na obra citada (p. 394-447).

⁴⁹ BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: nova versão internacional, p. 58.

3.1. A centralidade do primeiro mandamento para a correta apreensão do decálogo

Se para Lutero o quarto mandamento serve de elo entre os anteriores e os posteriores, do primeiro, “Não terás outros deuses além de mim” (Êxodo 20.3),⁵⁰ dependem os demais nove; este que reza sobre o dever de amar, temer e confiar em Deus com exclusividade. Isto porque “onde há um coração com essa disposição para com Deus, tal coração cumpriu esse mandamento e os demais”.⁵¹

“Por forma que o primeiro mandamento deve luzir e penetrar de seu esplendor todos os outros. Razão por que cumpre deixares que essa parte atravesse todos os mandamentos, como o fecho ou o arco de uma coroa, para que junte o fim e o princípio e mantenha todos unidos, a fim de sempre ser repetido e jamais esquecido”.⁵²

E, tal alusão ao primeiro mandamento se faz necessária porque se liga ao tema da justificação pela fé e da liberdade cristã, essencial para o correto entendimento de como se deve aproximar do decálogo, com especial atenção e interesse aqui manifestado em sua quarta instrução. Como se demonstra tal afirmação?

3.2. A fé, a liberdade e o cumprimento dos mandamentos

O reformador deixa claro que não é possível cumprir os mandamentos sem a ajuda divina. Esta convicção é repetida em várias de suas obras, a exemplo da citação abaixo:

“Não vê essa gente infeliz e obcecada que homem nenhum pode chegar a cumprir, da maneira devida, um só que seja dos Dez Mandamentos. É preciso,

⁵⁰ BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: nova versão internacional, p. 58.

⁵¹ LIVRO DE CONCÓRDIA, **As Confissões da Igreja Evangélica Luterana**, p. 445.

⁵² LIVRO DE CONCÓRDIA, **As Confissões da Igreja Evangélica Luterana**, p. 445.

antes, conforme veremos, que venham em auxílio tanto o Credo como o Pai Nosso, mediante os quais se pode procurar, pedir e recebê-lo sem cessar”.⁵³

Esta ajuda divina, por sua vez, é alcançada pela fé, a mesma que é exigida para o cumprimento do primeiro e demais mandamentos; uma fé obediente despertada pela atuação da graça amorosa de Deus, que torna o ser humano e suas obras aceitáveis, pois feitas a partir do seu favor. Ama-se ativamente a Deus e ao próximo por meio desta fé, enquanto expressão de temor e confiança e disposição ao serviço, “porque ele nos amou primeiro” (1 Jo 4.19):⁵⁴

“Se a justiça consiste na fé, fica claro que somente esta cumpre todos os mandamentos e torna justas todas as suas obras, visto que ninguém é justo a não ser que cumpra todos os mandamentos de Deus; por outro lado, sem fé as obras não conseguem justificar a ninguém perante Deus. E o santo apóstolo repudia as obras e exalta a fé tão aberta e claramente que alguns se irritaram com as suas palavras, dizendo: ‘Ora, então não vamos mais praticar boas obras’; a estes, porém, ele condena como errados e insensatos”.⁵⁵

Para um melhor entendimento deste complexo argumento é preciso mencionar o que Lutero pretendeu afirmar quando diz ser preciso “que venham em auxílio tanto o Credo como o Pai Nosso”.⁵⁶ As duas menções abaixo são elucidativas:

“Disso vêis agora que o Credo é doutrina bem diferente da dos Dez Mandamentos. Pois essa ensina o que nós devemos fazer; aquela, entretanto, nos diz o que Deus nos faz e dá. (.....) Razão por que aquela doutrina ainda não faz de ninguém cristão, pois sempre ainda permanecem sobre nós a ira e o desfavor de Deus, visto não podermos cumprir o que Deus de nós exige. Mas a doutrina do Credo traz puramente graça, e nos torna íntegros e agradáveis a Deus. Porque esse conhecimento nos faz sentir prazer e amor com respeito a todos os mandamentos de Deus, porquanto aqui vemos como Deus se nos dá inteiramente, com tudo o que tem e pode, em auxílio e apoio, para o

⁵³ LIVRO DE CONCÓRDIA, **As Confissões da Igreja Evangélica Luterana**, p. 444.

⁵⁴ BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: nova versão internacional, p. 983.

⁵⁵ Martim LUTERO. Das Boas Obras. In: **Obras Seleccionadas: o programa da Reforma: escritos de 1520**. São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/Concórdia, 1989, V. 2, p. 108. Nesta citação Martim Lutero comenta os argumentos apresentados pelo apóstolo Paulo acerca da centralidade da fé na justificação da pessoa pecadora, conforme sua carta aos Romanos (1.17, 3.28 e 6.15).

⁵⁶ Ver a citação da nota 53.

cumprimento dos Dez Mandamentos: o Pai, todas as criaturas; Cristo, todas as suas obras; o Espírito Santo, todos os seus dons”.⁵⁷

“Segue-se a terceira parte: como se deve orar. Pois, visto nossa situação ser tal, que ninguém pode cumprir os mandamentos perfeitamente, ainda que haja começado a crer, e visto o diabo, juntamente com o mundo e a nossa própria carne, a isso se opor com toda a força, nada é mais necessário do que viver continuamente nos ouvidos de Deus, clamando e pedindo que nos dê, preserve e multiplique a fé e o cumprimento dos Dez Mandamentos, e remova tudo o que está em nosso caminho e nos impede. Mas, a fim de que soubéssemos como orar, o próprio Cristo, SENHOR nosso, nos ensinou a maneira e as palavras...”⁵⁸

A referência feita é ao Credo Apostólico, em seus três artigos referentes à Trindade. Nesta confissão, assim o reformador, se destaca não a exigência, a exemplo dos Mandamentos, mas “o que Deus nos faz e dá”.⁵⁹ A lei de Deus elucida o que se espera dos seres humanos, mas não é capaz de afastar “a ira e o desfavor de Deus”.⁶⁰ Em função do pecado de não se amar a Deus e ao semelhante, ninguém se encontra em condições de “cumprir o que Deus de nós exige”⁶¹ em sua plenitude, uma vez que a lei se resume no amor a Deus e ao semelhante (Mt 22.34-40; Mc 12.28-34; Rm 3.9-20; 13.8-10; Gl 5.14).⁶² O que torna uma pessoa favorável “aos olhos” de Deus, isto é, justificada, é sua fé, ou melhor, seu credo, sua confissão da aceitação de Deus que “se nos dá inteiramente, com tudo o que tem e pode, em auxílio e apoio, para o cumprimento dos Dez Mandamentos”.⁶³

E o que oferece para este cumprimento? O “Pai, todas as criaturas; Cristo, todas as suas obras; o Espírito Santo, todos os seus dons”.⁶⁴ De modo que é a anuência a esta oferta que torna uma pessoa cristã, pois crê em Jesus Cristo e em todas as suas obras, supremamente na doação do perdão dos pecados - iniciados sempre no desamor - mediado pelos eventos da cruz e ressurreição. E, deste ponto em diante, crê em Deus o Pai e no Espírito Santo, juntamente com o que ofertam e fazem. A “doutrina do Credo traz puramente graça, e nos torna íntegros e agradáveis a Deus”,⁶⁵ pois “esse

⁵⁷ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 457.

⁵⁸ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 457.

⁵⁹ Ver a citação da nota 57.

⁶⁰ Idem, citação da nota 57.

⁶¹ Idem, citação da nota 57.

⁶² BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: nova versão internacional.

⁶³ Idem, citação da nota 57.

⁶⁴ Idem, citação da nota 57.

⁶⁵ Idem, citação da nota 57.

conhecimento nos faz sentir prazer e amor com respeito a todos os mandamentos de Deus”.⁶⁶ O alicerce da obediência que decorre da fé é o amor de Deus que acolhe e perdoa. A explanação de Amorese anteriormente mencionada pode ser aqui melhor entendida, quando afirma que nas relações com Deus o Pai as obrigações existem, mas não enquanto pré-condições para a graça.⁶⁷

A máxima de Lutero acerca da fé que atua por um amor recebido e que se recebe continuamente do próprio Deus por meio de Jesus Cristo - antes de tudo como iniciativa de acolhimento e perdão -, assim justificando a existência da pessoa pecadora e desse modo se oferecendo como meio para o cumprimento de todos os mandamentos, encontra-se em harmonia com as palavras de Jesus Cristo encontradas nos evangelhos e em cartas do apóstolo Paulo.⁶⁸ O mesmo se pode concluir da afirmação do reformador sobre a necessidade de que venha em auxílio para o cumprimento dos mandamentos o Pai Nosso, mediante o qual “se pode procurar, pedir e recebê-lo sem cessar”.⁶⁹ O intuito do reformador foi chamar a atenção para a necessidade de se orar continuamente a Deus, “clamando e pedindo que nos dê, preserve e multiplique a fé e o cumprimento dos Dez Mandamentos, e remova tudo o que está em nosso caminho e nos impede”.⁷⁰ A fé que justifica e por meio da qual se tem prazer nos mandamentos de Deus não é um dado inerente à condição humana, “visto nossa situação ser tal”⁷¹ e “visto o diabo, juntamente com o mundo e a nossa própria carne, a isso se opor com toda a força”.⁷² Por intermédio da oração se pede pelo fortalecimento da fé, com o fim de se crescer no cumprimento dos mandamentos de modo perfeito, isto é, amando a Deus conforme exige o primeiro mandamento e os dois seguintes e, aos semelhantes, conforme os demais sete, uma vez aceito “que ninguém pode cumprir os mandamentos perfeitamente”.⁷³ Esta é, repita-se, a fé que justifica.

A inclusão de instruções sobre “como se deve orar”⁷⁴ no Catecismo Maior, destinado aos “pais”,⁷⁵ possui uma intenção didática. Por meio da oração que “o próprio

⁶⁶ Idem, citação da nota 57.

⁶⁷ Ver citação da nota 44.

⁶⁸ Ver os textos citados na referência 62.

⁶⁹ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 444. Ver, por exemplo, BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*: nova versão internacional. Mateus 5.43-48, 6.5-15, 7.7-12, 1 Tessalonicenses 5.17 e 1 Timóteo 2.1-4.

⁷⁰ Ver a citação da nota 58.

⁷¹ Idem, citação da nota 58.

⁷² Idem, citação da nota 58.

⁷³ Idem, citação da nota 58.

⁷⁴ Idem, citação da nota 58.

Cristo, SENHOR nosso, nos ensinou”⁷⁶ Lutero propôs, somando-se suas amplas explicações,⁷⁷ como se deveria aprender “a maneira e as palavras”⁷⁸ que deveriam chegar “continuamente nos ouvidos de Deus”.⁷⁹ A bem da verdade, porém, além de uma pretensão de oferecer um método didático para a oração, no horizonte se encontrava uma lógica bem mais extensa, ou seja, que pela meditação e oração conforme explanadas pelas partes do Catecismo, a Palavra de Deus fosse inculcada em seus leitores.⁸⁰ É pela Palavra que a fé que também ora é aumentada e o amor aos mandamentos impulsionado.

O Catecismo Maior foi dividido em quatro partes, correspondendo, no entendimento de Lutero, ao que é necessário conhecer sobre a doutrina cristã.⁸¹ A primeira parte reza sobre os Mandamentos, os mesmos que apontam para o que “Deus quer que façamos ou deixemos de fazer”.⁸² A segunda desenvolve o sentido do Credo Apostólico, que para o reformador “nos apresenta tudo o que devemos esperar e receber de Deus”,⁸³ a fim de “conhecê-lo plenamente”.⁸⁴ Já a terceira parte versa sobre o Pai Nosso, sobre “como se deve orar”.⁸⁵ Estas são as “três partes mais importantes”.⁸⁶ Na quarta parte Lutero explica o sentido dos dois sacramentos, do batismo e do Altar,⁸⁷ meios de como “somos recebidos na cristandade”.⁸⁸ Esta menção às partes que integram o Catecismo é relevante porque indicam a estrutura do pensamento do reformador: o cumprimento da lei divina passa necessariamente pela fé que espera e recebe o amor de Deus, a mesma que justifica a existência humana diante de seu Criador. E, isto se busca renovadamente em oração.

⁷⁵ As designações “Maior” e “Grande”, atribuídos a este Catecismo publicado em 1529, não são de Lutero. Ele, por sua vez, o escreveu e destinou a pais, pastores e pregadores. A intenção do reformador foi oferecer auxílio para que as pessoas adultas pudessem vir a exercer liderança cristã amadurecida, a saber, paternal, entre os mais jovens, pela permanente meditação na Palavra de Deus, indagando-os acerca do conhecimento e prática das partes de um Catecismo que já havia sido oferecido em versão resumida (LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 385-391).

⁷⁶ Idem, citação da nota 58.

⁷⁷ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 457-474.

⁷⁸ Idem, citação da nota 58.

⁷⁹ Idem, citação da nota 58.

⁸⁰ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 387.

⁸¹ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 447.

⁸² LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 447.

⁸³ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 447.

⁸⁴ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 447.

⁸⁵ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 457.

⁸⁶ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 474.

⁸⁷ Sacramento do Altar ou Ceia do Senhor.

⁸⁸ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 475.

A referida estrutura permite, por sua vez, que se entenda este que é um dos propósitos centrais do presente trabalho: demonstrar que o exercício da paternidade socialmente responsável emana, em Lutero, da apreensão vivencial da liberdade cristã. A fé que justifica, que recebe a graça amorosa e misericordiosa de Deus em Jesus Cristo, é a mesma que encaminha o modo correto e perfeito de cumprir a lei divina, ou seja, em resposta a esse amor. É desse modo que se inicia a prática responsável dos deveres para com Deus e para com o próximo. A liberdade cristã consiste nisto: ser libertado da escravidão ao pecado pelo recebimento do perdão e de uma obrigatoriedade legal impossível de ser cumprida quando o assunto é a justificação da existência, em direção a uma liberdade na qual a pessoa que crê, espontaneamente “engatinha” no correto cumprimento dos mandamentos; sempre a partir do auxílio gracioso de Deus Pai. E, para tanto, a oração se faz necessária, bem como o encontro reflexivo com a Palavra de Deus, com o fim de que em fé se compreenda esta liberdade e em fé se encaminhe a obediência aos mandamentos.⁸⁹

Diante da informação de que Lutero considerava o quarto mandamento o maior⁹⁰ dos sete mandamentos direcionados aos deveres para com o próximo, afirmou-se que este servia, em seu entendimento, de elo entre os três primeiros mandamentos do decálogo e os demais seis. Em consequência, concluiu-se que as ponderações do reformador acerca da paternidade socialmente responsável contidas neste mandamento estejam diretamente relacionados com sua compreensão da justificação pela fé e da liberdade cristã. Tudo foi amplamente fundamentado no presente tópico. Em outros termos, no exercício prático do amor ao próximo, decorrente do amor de e a Deus, o justificado e livre exerce suas funções de liderança de modo paternalmente responsável. Não é assim, todavia, que de algum modo os demais seis mandamentos do plano horizontal da prática do amor rezem todos eles sobre paternidade. O que na sequência

⁸⁹ Ver o conhecido escrito do reformador: Martin LUTERO. Tratado de Martinho Lutero sobre a liberdade cristã. In: **Obras Selecionadas: o programa da Reforma: escritos de 1520**. São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/Concórdia, 1989, v. 2, p. 435-460. Ao final desta obra referenciada pode-se perceber o quão aguçado era a percepção de Lutero de que na natureza humana havia algo que se opunha veementemente à proposta evangélica de liberdade. Para este há uma inclinação supersticiosa na natureza humana, que leva a pessoa a crer que, por esforço próprio em se praticar obras boas, seja possível justificar a existência. Na última página de seu tratado destaca-se a necessidade e importância da oração, no sentido de se buscar em Deus a libertação desta ilusão, com o fim de que se aprenda a viver em autêntica liberdade. Esta ideia se harmoniza com a perspectiva da oração a favor do aumento da fé que tem prazer na obediência aos mandamentos, que, repita-se, resume-se no primeiro preceito acerca do amor a Deus. No amor de e a Deus fundamenta-se a liberdade evangélica. Cabe ainda destacar que, para Lutero, a radicalidade do pecado não anula a pessoa, em suas características e capacidades mais fundamentais que o fazem humano. Para esta discussão ver o artigo já citado, editado na presente obra: “Pessoa: Fenômeno espontâneo ou neural? Uma crítica ao dualismo cartesiano na teologia”.

⁹⁰ Ver nota 48.

também se procura demonstrar é que as lideranças os praticam sempre de modo “paternal”, ou melhor, à altura de seu lugar em diferentes contextos sociais.

3.3. A paternidade responsável segundo a compreensão de Martim Lutero do quarto mandamento

A importância conferida ao quarto mandamento no decálogo deduz-se de várias afirmações de Lutero, encontradas no início de suas explicações sobre o seu significado, como a que segue: “Dessa maneira separa e destaca pai e mãe acima de todas as outras pessoas na terra e os põe ao lado dele”.⁹¹ Este “ao lado dele” não tem, evidentemente, o sentido de que os pais sejam iguais a Deus, nem quanto a sua condição, nem quanto à excelência do exercício da paternidade. Nesta prática que se “engatinha” pela obediência da fé, sempre aparecerão também os sinais de um simulacro da paternidade divina.⁹² O que se afirma é que Deus é quem os diferencia desse modo: “Deus distinguiu o estado paterno e materno de modo especial, acima de todos os estados que estão abaixo de Deus”.⁹³

“...veremos se podem apresentar qualquer obra que seja maior e mais nobre do que a obediência a pai e mãe, obediência a que, por ordem de Deus, ficou assinado o lugar imediato à obediência a sua própria majestade, de feição que, se a palavra e a vontade de Deus têm seu curso e são observados, nenhuma outra coisa deve valer mais do que a vontade e a palavra dos pais, todavia assim, que essa obediência aos pais fique subordinada à obediência a Deus e não vá de encontro aos mandamentos precedentes”.⁹⁴

A condição de que a sujeição aos pais deve ficar “subordinada à obediência a Deus e não vá de encontro aos mandamentos precedentes”,⁹⁵ é deveras elucidativa para ratificar a hipótese do presente trabalho. A autoridade de pai e mãe emana e encontra-se

⁹¹ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 411.

⁹² O reformador destacou esta diferença entre a paternidade divina e humana, porém, ainda assim frisou a importância de que se veja esta como dádiva de Deus: “Cumpra, por isso, incutir à gente moça que vejam nos pais representantes de Deus e advertam que, ainda quando modestos, pobres, alquebrados e excêntricos, não obstante são pai e mãe, dados por Deus”. LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 411.

⁹³ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 411.

⁹⁴ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 413.

⁹⁵ Ver a citação da nota 94.

subordinada a Deus Pai e, somente desse modo vai se manifestando como paterna. Esta deve considerar os três primeiros mandamentos, a saber, confirmá-los. À luz das explicações até aqui realizadas, conclui-se, repita-se, que a justificação pela fé e a liberdade cristã fundamentam e decretam o exercício da paternidade. Para o reformador, a fé em Jesus Cristo baliza e acessa o cumprimento do quarto mandamento, em um modelo de paternidade que se orienta na graça que vai se despontando no amor do trino Deus pela humanidade.

As obrigações dos pais relativas às suas responsabilidades de exercer liderança paterna entre seus filhos e entre as pessoas que estejam a seu serviço⁹⁶ emana, pois, de sua posição em relação a Deus. Os pais possuem uma liderança entre seus filhos e subordinados que decorre do senhorio que Deus desempenha entre as suas criaturas e deve ser exercida a exemplo desta. Na medida em que se está sujeito a Deus conforme teor contido nos três primeiros mandamentos é possível vivenciar uma paternidade amorosa e responsável, a partir da qual se pode e deve esperar obediência. E, por sua vez, filhos e liderados obedecem, porque estão sendo educados a, por meio de seus pais e tutores, compreender o que significa amar a Deus e cumprir seus mandamentos. Assim, Deus:

“Não ordena simplesmente que amemos os pais; manda honrá-los. (.....) E honrar não requer apenas que nos enderecemos aos pais de modo amável e respeitoso, porém, acima de tudo, que de coração e corpo nos disponhamos de maneira tal, que os tenhamos em alta conta e os coloquemos no lugar mais elevado depois de Deus. (.....) É verdade que a outros respeito somos todos iguais aos olhos de Deus, mas entre nós é necessário que haja essa desigualdade e diferença ordenada”.⁹⁷

É forçoso que se reconheça que procurar compreender as implicações sociais e práticas do exercício da paternidade responsável a partir dos ensinamentos bíblicos da justificação por graça e fé e da liberdade cristã - explicados aqui com base na teologia do reformador Martinho Lutero -, assemelha-se a “nadar em um rio caudaloso”. A aplicação envolve oportunidade e risco. Amorese o percebeu bem, ao afirmar na conclusão de seu trabalho aqui analisado, que a iniciativa de uma paternidade responsável no contexto brasileiro precisa ser dada – “ainda que inicialmente unilateral,

⁹⁶ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 417.

⁹⁷ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 411.

custosa, e até humildemente”⁹⁸ - pela igreja e famílias que professam a “Aliança da graça”,⁹⁹ para só então ser lançada como proposta às autoridades de modo geral.¹⁰⁰

Martim Lutero viveu em uma sociedade de dominação do homem e, como tal, seria oficioso fazer-se uma leitura de como seus ensinamentos acerca do quarto mandamento foram interpretados historicamente pela cristandade de seu tempo. Alguns sinais que transcendem aos limites históricos circunscritos ao reformador, porém, podem ser identificados em seus escritos. A obediência aos pais, que incluía também a mãe,¹⁰¹ não se fundamenta em uma suposta superioridade pessoal, pois na “verdade que a outros respeitos somos todos iguais aos olhos de Deus”,¹⁰² compreendendo-se desse modo o que já foi mencionado, que não são os pais iguais a Deus, tão somente foram postos ao lado dele. A “desigualdade e diferença”,¹⁰³ assim entende Lutero, se fazia necessária por uma questão de ordem,¹⁰⁴ devendo pai e mãe exercer uma liderança que se reporta ao modo paternal de como o Criador a exerce entre as suas criaturas, e não, em absoluto, para “que se deixem adorar”.¹⁰⁵

Em outra parte, na explicação ao segundo mandamento, o reformador adverte que a educação das crianças e jovens para o temor a Deus não deveria ser forçada “exclusivamente com varas e às bordoadas”,¹⁰⁶ havendo outro método mais acertado, que envolve tratá-las de acordo com a sua idade, brincado com estas, divertindo-as, falando com elas e agindo com bondade, a fim de que estas ações para fins educativos “lhes penetre a alma”.¹⁰⁷ Jovens e crianças devem ser abordados com pessoalidade, para que Deus, pai e mãe possam ser reconhecidos em sua paternidade. Por mais indômito que pareça à racionalidade humana propor ações a partir da “doutrina” da justificação pela fé e liberdade cristã, é isto indubitavelmente que Martim Lutero tinha em mente ao explicar os mandamentos que se dirigiam ao próximo:

⁹⁸ Rubem Martins AMORESE, **Excelentíssimos Senhores**, p. 30.

⁹⁹ Rubem Martins AMORESE, **Excelentíssimos Senhores**, p. 30.

¹⁰⁰ Rubem Martins AMORESE, **Excelentíssimos Senhores**, p. 30.

¹⁰¹ LIVRO DE CONCÓRDIA, **As Confissões da Igreja Evangélica Luterana**, p. 413.

¹⁰² LIVRO DE CONCÓRDIA, **As Confissões da Igreja Evangélica Luterana**, p. 411.

¹⁰³ LIVRO DE CONCÓRDIA, **As Confissões da Igreja Evangélica Luterana**, p. 411.

¹⁰⁴ LIVRO DE CONCÓRDIA, **As Confissões da Igreja Evangélica Luterana**, p. 411.

¹⁰⁵ LIVRO DE CONCÓRDIA, **As Confissões da Igreja Evangélica Luterana**, p. 420.

¹⁰⁶ LIVRO DE CONCÓRDIA, **As Confissões da Igreja Evangélica Luterana**, p. 406.

¹⁰⁷ LIVRO DE CONCÓRDIA, **As Confissões da Igreja Evangélica Luterana**, p. 406. Ver a partir da página 405.

*“Tudo em virtude do primeiro mandamento: [o grifo é nosso] que honremos pai e mãe, os senhores e todas as autoridades, e lhes sejamos submissos e obedientes, não por causa deles, mas por causa de Deus. Pois não é o caso de considerar e temer pai e mãe, e fazer ou omitir algo para agradar a eles. Atenta, porém, no que Deus quer de ti e mui decididamente exigirá. Se te omites aqui, tens juiz irado, e, em caso contrário, um pai gracioso”.*¹⁰⁸

3.3.1. O quarto mandamento em pormenores: acerca da paternidade de pai e mãe

A posição “privilegiada” dos pais, isto é, como cooperadores de Deus no desenvolvimento da ordem da criação e, especialmente, as responsabilidades que dela decorrem, é pouco acentuada na tradição cristã. Segundo a percepção de Martim Lutero acerca do assunto, não era comum em seu tempo pais atentar acuradamente para a educação de seus filhos em conformidade com o lugar que lhes foi conferido por mandato divino, antes, por regra, exerciam seu ofício ora como dominadores, ora de modo descompromissado:

“Justo seria, ao demais disso, pregar aos pais, e a quantos lhes fazem as vezes, sobre como devem portar-se com os que a seu governo estão encomendados. Ainda que tal não ficou exarado nos Dez Mandamentos de modo expreso, é, contudo, amplamente ordenado em muitos passos da Escritura. E Deus além do mais o quer abrangido exatamente neste preceito, onde fala em pai e mãe; porque não quer patifes e tiranos nesse ofício e governação. E a finalidade para que lhes confere a honra, isto é, o poder e o direito de governar, não é que se deixem adorar. Cumpre-lhes, isto sim, ponderar no fato de que devem obediência a Deus, e acima de qualquer outra coisa desempenhar-se-ão, de coração e fielmente, dos encargos de seu ofício, não cuidando apenas do sustento material dos filhos, empregados, súditos, etc., porém sobretudo educando-os para louvor e honra de Deus. Não imagines, por conseguinte, que isso é matéria entregue a teu talante e capricho. Trata-se, ao contrário, de rigoroso preceito e injunção de Deus, ao qual também terás de prestar contas a esse respeito”.

¹⁰⁹

“A gente os deixa correr como se não fosse de nossa conta o que aprendem ou como vivem”.

¹¹⁰

¹⁰⁸ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 445-446.

¹⁰⁹ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 420-421.

¹¹⁰ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 421.

No entender do reformador, quando os pais agem, ora como dominadores, ora descompromissadamente, acabam por desanimar seus filhos e filhas, tornando-os pusilânimes – de alma pequena. A situação inversa, porém, também é verdadeira, ou seja, pais responsáveis auxiliam na edificação de boas famílias:

“Da mesma forma os pais geralmente nada sabem. Um néscio educa o outro. Como vivem eles, assim depois vivem os filhos”.¹¹¹

“E a experiência o ensina: onde há boas e antigas famílias que estão bem de vida e têm muitos filhos, certamente se deve isso ao fato de alguns deles terem sido bem educados e haverem andado atentos em seus pais”.¹¹²

A acepção do termo pusilânime, a exemplo de seu uso por Rubem Amorese, também é empregada pelo reformador, quando o assunto é “temer e amar a Deus”. Nas explicações ao primeiro mandamento, Lutero infere que, ao ser privada de “grande erudição, inteligência, poder, apreço, parentela e honra”,¹¹³ a pessoa que põe nestas a “sua confiança (...) também tem um deus; não, porém, o Deus verdadeiro e único”,¹¹⁴ tornando-se pusilânime¹¹⁵ por não existirem e deles ser privado.¹¹⁶ A principal tarefa dos pais, por sua vez, é justamente esta, educar os “filhos, empregados, súditos (...) para louvor e honra de Deus”,¹¹⁷ não apenas cuidando de seu “sustento material”.¹¹⁸ Seu trabalho não é fazer “que se deixem adorar”,¹¹⁹ mas ensinar a obediência “tudo em virtude do primeiro mandamento”,¹²⁰ não por causa deles mesmos, “mas por causa de

¹¹¹ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 414.

¹¹² LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 416.

¹¹³ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 395.

¹¹⁴ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 395.

¹¹⁵ Na versão alemã do Catecismo Maior, publicada em 1986, inclusa nos escritos confessionais das igrejas evangélico-luteranas, o termo que se usa é “verzag”, podendo ser traduzido por pusilânime ou desanimado. LUTHERISCHEN KIRCHENAMT (ed.). *Unser Glaube. Die Bekenntnisschriften der evangelisch-lutherischen Kirche*. 2. ed., Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus Gerd Mohn, 1986, p. 597. A mesma palavra aparece em uma publicação mais antiga, de 1930, agregando-se que, à luz da versão do Catecismo em Latim, que lá aparece, pode-se somar o sentido de desesperado (desperanter). DEUTSCHEN EVANGELISCHEN KIRCHENAUSCHUß (ed.). *Die Bekenntnisschriften der evangelisch-lutherischen Kirche*. Göttingen: Wandenhoek & Ruprecht, v. 2, p. 561-562.

¹¹⁶ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 396.

¹¹⁷ Ver citação da nota 109.

¹¹⁸ Idem nota 109.

¹¹⁹ Idem nota 109.

¹²⁰ Ver a citação da nota 108.

Deus”,¹²¹ tendo-o como “um pai gracioso”.¹²² A educação que serve para o temor e amor a Deus, conclui-se, envolve uma atitude paternal de pai, mãe e, como ainda se enfatizará abaixo, dos que exercem liderança, que não exige e nem espera a cega subserviência de seus “filhos” e “filhas” e pressupõe a mesma confiança que se motiva. Incurrer em equívoco quanto a este desejado estilo que aponta sempre para a confiança no Pai gracioso, somente serve para acentuar a tendência dos seres humanos ao desespero e desânimo quando se está carente de bens materiais ou qualquer outro valor. Nesta mesma direção, para Amorese, o que contribui para as pessoas tornarem-se pusilânimes não é tanto a impossibilidade de multiplicar os bens materiais, porém, a contradição intrínseca às atitudes de seus líderes. Ao fim, resta a confiança em bens e valores que não se põe a serviço do “louvor e honra de Deus”.¹²³

O conceito de paternidade responsável encerra uma proposta prática de personalidade cristã, em nada se assemelhando às imagens suscitadas por ações de dominação ou negligência quanto à educação e cuidado para com filhos e filhas. O exercício da liderança que se inspira no evangelho de Jesus Cristo passa pela fé que justifica e se estende na vivência de uma liberdade que se põe a serviço do ser humano, assim o afirmando, ao invés de negá-lo. Compreende-se desse modo a asseveração do reformador quanto a proximidade que há e deve haver entre a palavra de Deus e palavra dos pais: “se a palavra e a vontade de Deus têm seu curso e são observados, nenhuma outra coisa deve valer mais do que a vontade e a palavra dos pais”.¹²⁴

No pensamento de Martim Lutero encontra-se uma radical proclamação do evangelho da graça e um chamado à fé obediente nele, sem as quais o exercício da paternidade amorosa e responsável permanecerá sempre um simulacro da paternidade divina. Em Amorese encontra-se uma leitura semelhante. É desse modo que os dois autores analisados no presente trabalho discorrem sobre a prática responsável da liderança, seja no âmbito familiar, quanto social. É, em outros termos, a partir desta proposta “ignóbil”, que convida à permanente confiança em Deus – não em si mesmo-, que também se pode, em um exercício de atualização, começar a pensar em ações locais para o problema global da negação do Sujeito moderno, passando também pela dramática realidade brasileira. Repetem-se aqui a palavras do reformador: “...nos deu e

¹²¹ Idem nota 108.

¹²² Idem nota 108.

¹²³ Ver citação da nota 109.

¹²⁴ Ver a citação completa da nota 94 e sua referência.

confiou filhos para que os eduquemos e governemos de acordo com sua vontade. Não fosse por isso e nenhuma necessidade teria de pai e mãe”.¹²⁵

3.3.2. O quarto mandamento em pormenores: acerca da paternidade das demais autoridades

Após esclarecer o papel de pai e mãe na educação dos filhos e filhas, Lutero passa a discorrer sobre o dever de obediência aos superiores, isto é, a todos e a todas aqueles(as) que exercem funções de liderança no contexto social:

“Neste mandamento cabe, outrossim, falar da múltimoda obediência aos superiores, que têm a seu cargo mandar e governar. Porque da autoridade dos pais deflui e se irradia toda outra autoridade. (.....) Assim todos os que se chamam senhores estão em lugar dos pais, e cumpre que deles recebam poder e autoridade para governar. Essa também a razão por que segundo as Escrituras todos se chamam pais, visto em sua governação exercerem ofício de pai e deverem ter coração paternal para com os seus. (.....) É necessário, por isso, que criados e criadas atentem não só por serem obedientes a seus patrões e patroas, mas ainda para os honrarem como a seu próprio pai e mãe. (.....) Dir-se-á o mesmo da obediência à autoridade civil, que, conforme dito, pertence toda à ordem paterna e é a mais abrangente das relações. (...) Por intermédio dos governantes civis, como por nossos pais, Deus nos dá e conserva alimento, casa e lar, proteção e segurança. (.....) Por que outro motivo, julgas tu, está o mundo agora tão cheio de infidelidade, desonra, miséria e homicídios, senão porque cada qual quer ser dono de si mesmo, perfeitamente autônomo, a ninguém dar atenção e fazer tudo o que lhe apetece? (.....) Três, portanto, são as espécies de pai apresentadas neste mandamento: os por genitura, os da casa e os da nação. Além desses há pais espirituais... (...) Chamam-se pais espirituais apenas aqueles que nos governam e presidem mediante a palavra de Deus”.¹²⁶

O entendimento do reformador de que “da autoridade dos pais deflui e se irradia toda outra autoridade”¹²⁷ surge, aparentemente, como o “calcanhar de Aquiles”, o ponto fraco de todo o seu discurso sobre paternidade. Quais os argumentos por ele utilizados para arguir a favor do juízo de que dos pais emana e irradia toda autoridade das pessoas que exercem funções de liderança na sociedade? Apesar de não citar nenhuma passagem

¹²⁵ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 421.

¹²⁶ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 417-419.

¹²⁷ Ver citação da nota 126.

bíblica que o fundamento, é a ela que Martim Lutero recorre: “Essa também a razão por que segundo as Escrituras todos se chamam pais, visto em sua governação exercerem ofício de pai e deverem ter coração paternal para com os seus”.¹²⁸ Ainda que não explicitamente, apela ao que o apóstolo Paulo escreveu aos Efésios (3.14-15) em sentido já comentado no presente trabalho.¹²⁹ E, a exemplo de Rubem Amorese, vê na recorrência das sociedades à ideia de seus líderes serem pais e mães – histórica, aliás -, um fenômeno universal, um arquétipo da paternidade divina.¹³⁰

“Assim também desde a antigüidade, entre os romanos e em outras línguas, os chefes e as donas de casa foram chamados de *patres et matres familias*, isto é, pais de família e mães de família. Da mesma forma também chamaram a seus príncipes e magistrados de *patres patriae*, isto é, pais da pátria, para grande vergonha nossa, que pretendemos ser cristãos, porquanto não os chamamos também assim, nem ao menos os consideramos e honramos como tais”.¹³¹

A paternidade a ser exercida pelas lideranças sociais, à luz das interpretações de Lutero ao quarto mandamento, seria mal assimilada se fosse compreendida apenas como uma delegação conferida aos mesmos pelos pais. É a esta conclusão que, em leitura imediata e equivocada, se poderia chegar, pois ele textualmente afirmou que “todos os que se chamam senhores estão em lugar dos pais, e cumpre que deles recebam poder e autoridade para governar”.¹³² O reformador tinha consciência de que os “pais da pátria”¹³³ se apresentam, em última instância, como modelos, ainda que bizarros em função do pecado em que a humanidade se vê mergulhada, da paternidade divina e, uma vez que os pais “por genitura”¹³⁴ encontram-se “ao lado”¹³⁵ de Deus - em “lugar imediato”,¹³⁶ “acima de todos os estados”,¹³⁷ como seus “representantes”,¹³⁸ “no lugar

¹²⁸ Ver citação da nota 126.

¹²⁹ Ver nota 27.

¹³⁰ Ver o tópico III, 1 e a nota 26.

¹³¹ LIVRO DE CONCÓRDIA, *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, p. 417.

¹³² Ver citação da nota 126.

¹³³ Ver citação da nota 131.

¹³⁴ Ver citação da nota 126.

¹³⁵ Ver citação da nota 91.

¹³⁶ Ver citação da nota 94.

¹³⁷ Ver citação da nota 93.

¹³⁸ Ver citação na nota 92.

mais elevado”¹³⁹ depois da majestade divina -, cumpre que recebam também destes “poder e autoridade para governar”.¹⁴⁰

Martim Lutero, portanto, dialética e paradoxalmente, entende originar-se da autoridade paternal divina e terrena a possibilidade de comando das demais lideranças que se ordenam no contexto social, com o senão de que pai e mãe governam e delegam postos de chefia “não por causa deles, mas por causa de Deus”.¹⁴¹ Não fosse assim, dificilmente se poderia hoje aproveitar algo do ideário do reformador acerca da paternidade social, uma vez que a família nuclear se encontra fragilizada na situação brasileira e a negação do Sujeito moderno mundialmente por em xeque o conceito. Ter um “coração paternal”¹⁴² é para todos “quantos lhes fazem as vezes”,¹⁴³ seja no meio familiar, quanto no social, esperando-se, na contrapartida, que sejam honrados “como a seu pai e mãe”.¹⁴⁴ E, não primeiramente, porque isto foi delegado por algum ser humano, mas por ordem divina, possibilitada por sua graça criadora e redentora.

Para firmar ainda mais o argumento sobre a origem da autoridade de pais e demais lideranças segundo a teologia de Lutero, citam-se duas passagens esclarecedoras que podem ser encontradas em suas obras e que foram abstraídas em um léxico de textos escolhidos do reformador, no verbete “pais”:

“Sem dúvida, pai e mãe são para os filhos apóstolos, bispos e pastores, porque pregam a estes o evangelho. Em resumo: não há outro poder maior e mais nobre sobre a terra do que a dos pais sobre seus filhos, sobretudo porque possuem poder espiritual e temporal sobre estes.”¹⁴⁵

“Embora não haja outro poder maior sobre a terra do que este do pai e da mãe, ele é assim, ao fim, quando iniciam a Palavra e obra de Deus”.¹⁴⁶

O maior e mais nobre poder na terra é o dos pais em relação aos seus filhos porque “possuem poder espiritual e temporal sobre estes”,¹⁴⁷ isto é, “pregam a estes o

¹³⁹ Ver citação da nota 97.

¹⁴⁰ Ver citação da nota 126.

¹⁴¹ Ver citação da nota 108.

¹⁴² Ver citação da nota 126.

¹⁴³ Ver citação da nota 109.

¹⁴⁴ Ver citação da nota 126.

¹⁴⁵ Kurt ALAND (ed.) **Lutherlexikon**. 3. ed., Göttingen: Ehrenfried Klotz und Vandenhoeck & Ruprecht, 1974, p. 86.

¹⁴⁶ Idem, p. 86.

evangelho”¹⁴⁸ e cuidam do seu “sustento material”.¹⁴⁹ Entretanto, este poder não se inicia neles mesmos, mas “ele é assim, ao fim, quando iniciam a Palavra e obra de Deus”.¹⁵⁰ As ponderações feitas no decorrer do presente trabalho acerca da fé que deve concorrer na obediência aos mandamentos, com destaque dos deveres dos pais em relação a seus filhos, encontram-se aqui presumidos.

A origem da liderança das demais autoridades, chamadas a agirem de modo paternal, encontra-se igualmente na Palavra de Deus, uma vez que confiada pela autoridade divina, com a co-participação dos pais. Duas são as ponderações que aqui precisam ser feitas. A primeira relaciona-se com a ideia de delegação de poder da parte dos pais. Esta não deve ser confundida, em Martim Lutero, com um desvencilhar-se de compromissos e tarefas. A paternidade emana de Deus, é justificada e libertada pelo evangelho de Jesus Cristo, que exige a obediência da fé, confiada aos pais, daí emanando e irradiando-se para as demais lideranças. De um modo ou de outro, os pais sempre estão implicados quando o assunto é a ação das lideranças sociais, devendo acompanhá-los e co-responsabilizar-se com estas. Esta é uma rica tradição da reforma protestante. Afinal, são os seus filhos que se encontram “em mãos” destas.

A outra consideração, de maior complexidade quando o desafio é contextualizar o pensamento protestante e reformatório para os dias atuais, relaciona-se com o entendimento de que a autoridade que emana dos pais não é igual, em poder, à destes. Os pais espirituais, a saber, os guias espirituais, devem governar mediante a Palavra de Deus.¹⁵¹ Já as autoridades civis cuidam do sustento material de seus cidadãos, em seus mais distintos postos e encargos, devendo, tal liderança, ser exercida paternalmente.¹⁵² Somente aos pais foi conferida a honra e o dever de exercer autoridade paternal espiritual e temporal.¹⁵³

Ocorre, no entanto, que nas assim chamadas sociedades democráticas, as lideranças da sociedade são escolhidas, ao menos em parte, por sufrágio, não emanando nem se limitando o seu poder, literalmente, na de pais de família. Não se vive mais em pequenas comunas, como em tempos passados. Porém, se pode contrapor com o argumento de que “no poder que emana do povo” não desaparece o fenômeno pátrio,

¹⁴⁷ Ver citação da nota 145.

¹⁴⁸ Idem, citação da nota 145.

¹⁴⁹ Ver citação da nota 109.

¹⁵⁰ Ver a citação da nota 146.

¹⁵¹ Ver a citação da nota 126.

¹⁵² Idem, citação da nota 126.

¹⁵³ Ver citações das notas 145 e 146.

isto é, os povos prosseguem manifestando expectativas de que suas lideranças atuem de modo paternal e responsável limitadamente às características da função assumida. Outrossim, permanece a seguinte indagação convidando para mais reflexões: de que maneira pais, famílias, lideranças e a igreja cristã deram seu testemunho do amor paternal socialmente responsável por meio da nova aliança em Cristo na era do Sujeito moderno? E mais, como se faz isto nos tempos hipermodernos de negação da pessoa?

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mensagem evangélica da justiça que decorre da fé proclama uma liberdade que torna possível ao ser humano o exercício de suas funções de liderança de modo responsável e amoroso. A finalidade é sempre a educação e o trato com as gerações presentes e que se seguem por meio da afirmação da dignidade de cada pessoa, para louvor e honra de Deus. Este fim foi reiteradamente pertinente para as diferentes culturas, contextos e períodos históricos e o é hoje, em tempos de negação dos ideais modernos do Sujeito, revelando-se enquanto cuidado com as coisas temporais e eternas. É anúncio que se volta para homens e mulheres de boa vontade, para a igreja cristã situada em seu contexto social.

A leitura feita no presente trabalho oferece impulsos de caráter reflexivo. Porém, uma vez contextualizados pela prática, podem apresentar-se como alternativa local para o problema global da negação da pessoa nos tempos hipermodernos, não por último para a dramática situação social brasileira. Frente ao pluralismo dos discursos atuais acerca do Sujeito, a proposta evangélica é que se assuma o arquétipo pátrio que pode ser encontrado entre todos os povos, afirmando que a obediência da fé é o caminho para que, de simulacro, se transforme em exercício paternalmente responsável. A via que se idealiza é a do amor politicamente situado, prometido antes do que exigido ao povo da aliança em Jesus Cristo, ainda que não se deva esperar que neste testemunho prático se proponham soluções imediatas para todos os problemas familiares e sociais. Será sempre, não mais e nem menos, testemunho e presença histórica.

O testemunho livre dos justificados por graça e fé coloca-se a serviço das gerações, para que estas desenvolvam “almas engrandecidas”. A paternidade responsável fundamenta-se e inspira-se na paternidade divina, sendo determinante para

a construção da identidade de um povo. Os contornos universais e culturais do fenômeno pátrio se apresentam como convite permanente para o testemunho da fé cristã nos meios em que se encontram. Os pais biológicos e os de uma nação não devem provocar seus filhos à ira e ao desânimo, antes devem agir de modo responsável diante do Pai de todos.

Na ruptura familiar e social dissolve-se o vínculo entre virilidade e amor. Em distintos meios ecoa hoje o clamor por lideranças que sejam responsáveis. Na hipermodernidade cresce ainda mais o exército de desorientados, ainda que possivelmente nunca como dantes se anuncie tanto a autonomia e a necessidade da interdependência. É nesse contexto que a aliança da graça mediada por Jesus Cristo prossegue sendo vivida e anunciada por inúmeras testemunhas e, isto, por meio de atos de amor solidário. A paternidade responsável é exercício de obediência que decorre da fé no amor de Deus. Amor este manifestado por meio de Cristo, a porta de acesso para o tema recorrente da forma de se gerir as relações humanas e sociais.

Segundo a tradição da Reforma do século XVI, a observação da lei divina passa pela correta apreensão do primeiro de todos os mandamentos. Também a instrução que se oferece a pais e todo tipo de liderança social liga-se de maneira medular a este que, antes de exigir, revela o amor proeminente de Deus. Amar a Deus demanda fé em um amor que lhe é anterior, sendo este o fundamento da justiça e liberdade genuinamente cristãs. O cumprimento dos mandamentos do decálogo se inicia negativamente, a saber, no reconhecimento da carência que se tem da misericórdia divina, para só então seguir-se em forma proativa. A mensagem cristã se apresenta como caminho para se passar a ter prazer na lei do amor e nela se reconhece que as obrigações existem, mas não enquanto pré-condições para a graça. A fé que justifica necessita ser pedida, se o desejo for cumprir o demandado pela lei divina. No pensamento do reformador Martim Lutero tudo se inicia na Palavra que Deus profere, de modo que também a paternidade responsável emana da apreensão vivencial da liberdade cristã.

O simulacro pátrio continuará a manifestar-se na ordem das relações sociais, também entre aqueles que desejam vivenciar ativamente a paternidade responsável. Porém, é esperançoso saber que pai e mãe, postos ao lado de Deus, prosseguirão existindo, sendo estes biológicos ou aqueles que “lhes fazem as vezes”. O chamado à obediência aos pais continuará ecoando como um convite a subordinar-se ao Pai de todos. A Palavra de Deus continua ativa, convidando à fé que justifica e liberta e que

torna viável a relação paternal e filial neste mundo alucinante; Palavra esta tornada humana em Jesus Cristo.

O padrão cristão de paternidade amorosa se orienta no amor da trindade pela humanidade, sendo que no Brasil da ira urbana e da pusilanimidade, o evangelho do amor trino carece ser entendido nesta visibilidade pessoal e relacional, mediada pela aliança da graça. Do contrário, a igreja não dará sua contribuição para superação do desânimo. É preciso ensinar mais uma vez a confiança bem direcionada por meio de modelos de confiança que apontam para Deus, lembrando que o que provoca assombro é a contradição de muitas das lideranças contemporâneas; o problema é sistêmico. Por este caminho evangélico “ignóbil”, repita-se, é possível pensar em ações locais para o problema global da negação do Sujeito moderno.

Os pais e as mães, por genitura ou não, governam e delegam postos de chefia não porque possuam este poder intrinsecamente relacionado à sua pessoa ou função, mas porque lhes é conferido; são coadjuvantes no agir de Deus neste mundo. Não fosse assim, pouco se poderia aproveitar do ideário reformatório sobre a paternidade filial e social. Ter um “coração paternal” é para todos que assumem funções de poder e, sob o ponto de vista do evangelho, somente pode ser exercido em serviço. A origem de todo o poder de pais e lideranças encontra-se na Palavra de Deus e há limites a serem respeitados em cada uma das funções a serem exercidas. A manifestação do fenômeno da paternidade é o mesmo, ainda que se viva em sociedades democráticas. Os pais, as lideranças em suas organizações e a igreja necessitam, no entanto, buscar discernimento em como vivenciar a paternidade nestes dias que se situam entre a modernidade e a hipermodernidade.

O entendimento evangélico e protestante acerca da paternidade resgata o papel da família na sociedade, em suas distintas instituições e na igreja, em seus diferentes ministérios e faz eco ao que é a base deste movimento: a justificação pela fé e a liberdade cristã. Apresenta-se como um fermento de transformação e aponta para o senhorio de Deus Pai neste mundo. No entanto, este testemunho ativo, que a ninguém e nada exclui é odiosa. A “razão natural” a trata de negar permanentemente. Ela é um escândalo, pois aponta para a cruz de Cristo, para o perdão dos pecados e a liberdade para ir ao encontro do outro. Uma vez que emana de uma fonte que tudo oferece, espera também um tudo daqueles que em fé se comprometem com ela. Na medida em que se serve paternalmente se é cuidado por um Deus paternal de todas as feridas que tornam a pessoa negada.

Nestes tempos hipermodernos não se podem poupar esforços no encontro e uso de todos os recursos científicos, humanos e, acima de tudo, pautados no evangelho, para resgatar a imagem de pessoa naqueles que foram transformados em sujeitos negados pela impossível promessa da modernidade de promover o homem autônomo. A igreja e o testemunho cristão continuam tendo um papel fundamental nesta tarefa, com o fim de submeter todas as expectativas do homem e da mulher contemporâneos à cruz de Cristo e a um patamar plausível.

Agir no desempenho de papéis de liderança de modo paternal, à luz da paternidade divina em Cristo, surge como caminho sustentável para a família, a sociedade e a igreja. É deste modo que se pode contribuir para perfilar as identidades de homem e mulher naqueles que nasceram macho e fêmea e é por esta via que se ensina e aprende mutuamente, tornando os seres vivos ensináveis acerca da vida na graça. Adéqua-se, entretanto, mais aos “pequeninos na fé”, do que aos que possuem muito poder. A sujeição a tal paternidade não é cega, pois não nega a pessoa, antes a afirma como feita à imagem de Deus.

Agir paternalmente exige humildade, um permanente ir ao encontro de, no qual não se duvida de sua própria identidade, pois constituída e construída pelo e no evangelho de Cristo, demandando constância e permanência, seja ela presencial ou de um tipo de estabilidade que torna conhecido o que pode ser esperado daquele que exerce liderança. É, por sua vez, um “lenitivo e bálsamo” para pessoas mentalmente e emocionalmente perturbadas, volitivamente embotadas, enfim, para pessoas acometidas dos transtornos e síndromes mentais e neurológicos destes tempos hipermodernos e hiperindividualistas. Aqui se superam constrangimentos e frustrações colhidas desde a infância mais precoce, aplacam-se ira e ódio, instala-se a paz, exerce-se política cidadã. A ação paternal é poderoso caminho evangelizador, didático e diacônico, não gera filhos e cidadãos pusilânimes, de alma pequena, engrandece a Deus, as criaturas feitas à sua imagem, povos e nações.

REFERÊNCIAS

ALAND, Kurt (ed.). **Lutherlexikon**. 3. ed., Göttingen: Ehrenfried Klotz und Vandenhoeck & Ruprecht, 1974.

AMORESE, Rubem Martins. **Excelentíssimos Senhores**. Viçosa: Ultimato, 1995.

BAUER, Walter. **Griechisch-deutsches Wörterbuch zu den Schriften des Neuen Testament und der frühchristlichen Literatur**. 6. ed., Berlin; New York: de Gruyter, 1988.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: nova versão internacional. Traduzido pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Vida, 2000.

BOSCH, David J. **Missão transformadora**: mudanças de paradigma na teologia da missão. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2002.

CASTIÑEIRA, Àngel. **A experiência de Deus na pós-modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1997.

DEUTSCHEN EVANGELISCHEN KIRCHENAUSSCHUß (ed.). **Die Bekenntnisschriften der evangelisch-lutherischen Kirche**. Göttingen: Wandenhoek & Ruprecht, v. 2.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**. 2 ed. São Paulo: Olho d'Água, s. d.

KÜNG, Hans. **Theologie im Aufbruch**: eine ökumenische Grundlegung. 2. Ed. München: R. Piper, 1992.

LIVRO DE CONCÓRDIA. **As Confissões da Igreja Evangélica Luterana**. 4. ed. São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/Concórdia, 1993.

LIPOVETSKY, Gilles. **El crepúsculo del deber**: La ética indolora de los nuevos tiempos democráticos. 3. ed. Barcelona: Anagrama, 1996.

_____. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

NOVAES, Adauto. A lógica atormentada. **Folha de São Paulo**, 10.09.1995, quinto caderno: Mais!, p. 7.

LUTERO, Martin. Das Boas Obras. In: **Obras Seleccionadas: o programa da Reforma**: escritos de 1520. São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/Concórdia, 1989. V. 2, p. 97-170.

_____. Tratado de Martinho Lutero sobre a liberdade cristã. In: **Obras Seleccionadas: o programa da Reforma**: escritos de 1520. São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/Concórdia, 1989. V. 2, p. 435-460.

LUTHERISCHEN KIRCHENAMT (ed.). **Unser Glaube. Die Bekenntnisschriften der evangelisch-lutherischen Kirche.** 2. ed., Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus Gerd Mohn, 1986.

RIENECKER, Fritz & ROGERS, Cleon. **Chave linguística do Novo Testamento grego.** São Paulo: Vida Nova, 1985.

RIENECKER, Fritz. **Sprachlicher Schlüssel zum Griechischen Neuen Testament.** 16. ed., Gießen-Basel: Brunnen-Verlag, 1980.

SCHLATTER, Adolf. **Die Briefe an die Galater, Epheser, Kolosser und Philemon.** Erläuterungen zum Neuen Testament 7. Stuttgart: Calwer Verlag, 1987.

SLAVUTZKY, Abrão. O desafio do vazio. **Zero Hora**, 30.06.2012, p. 17.